

TÍTULO DO TRABALHO			
O CAPITALISMO DEPENDENTE E O BRASIL CONTEMPORÂNEO: COOPERAÇÃO OU SUBIMPERIALISMO NA AMÉRICA LATINA?			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Poliana Garcia Temístocles Marisa Silva Amaral	Universidade Federal de Santa Catarina Universidade Federal de Uberlândia	UFSC UFU	Mestranda Professora
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O presente trabalho busca analisar, à luz da Teoria Marxista da Dependência, as particularidades do capitalismo dependente na América Latina a partir de um resgate crítico da categoria subimperialismo frente às transformações sofridas pelo capitalismo após a década de 1970. Sendo assim, mediante a apresentação de um debate que problematiza a categoria em questão, buscando invalidá-la, argumentamos em favor de seu vigor a partir da percepção de que o Brasil se posiciona de maneira privilegiada frente às demais economias latino-americanas. Desta forma, ainda que o subimperialismo se apresente sob uma nova roupagem, vinculada à nova fase de desenvolvimento do sistema capitalista, ainda assim estamos nos referindo à mesma relação discutida por Marini nos anos 1960/70.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Capitalismo dependente, subimperialismo, América Latina.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>This study aims to examine, in the light of Marxist Theory of Dependence, the particularities of dependent capitalism in Latin America from a critical rescue of the sub-imperialism category in face of the transformations undergone by capitalism after the 1970s. Thus, by presenting a debate that questions the category in issue, seeking invalidate it, we argue in favor of his force from the perception that Brazil is positioned insider in face of other Latin American economies. Thus, although the sub-imperialism is presented in a new guise, linked to new development phase of the capitalist system, yet we are referring to the same relation discussed by Marini in the years 1960/70.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Dependent capitalism, sub-imperialism, Latin America.			
EIXO TEMÁTICO			
Mercado mundial, imperialismo e luta de classes			

O CAPITALISMO DEPENDENTE E O BRASIL CONTEMPORÂNEO: cooperação ou subimperialismo na América Latina?

Poliana Garcia Temístocles*

Marisa Silva Amaral**

1. Introdução

Diante da configuração do sistema capitalista assumida após a década de 1970 e do estabelecimento de mecanismos financeiros a ela atrelados, observa-se, na América Latina, a continuidade de um padrão de especialização produtiva fortemente assentado na exploração de recursos naturais e produção de mercadorias com baixa densidade tecnológica, além da consolidação de mecanismos de transferência de valor que, mais do que fundados na troca desigual, se estabelecem particularmente a partir da figura dos financiamentos externos. Este quadro coloca a região em uma situação de subordinação frente ao centro capitalista global, tanto do ponto de vista das relações internacionais de comércio, quanto no que se refere às formas ditas financeiras de extração de riqueza, que, ao constrangerem a acumulação interna de capital, levam a que nesses países se explore ao máximo a força de trabalho como uma maneira de compensar os obstáculos impostos à acumulação.

Além da imposição de mecanismos de compensação baseados na exploração da força de trabalho, é impulsionada a formação de subcentros de acumulação, de tal forma que algum país que possua posição privilegiada do ponto de vista regional conquista para si uma área de influência, havendo a transferência de capitais das nações mais débeis para as mais desenvolvidas e consolidando-se, então, uma espécie de subcentro¹ na região. Esta dinâmica, possível devido à superexploração da força de trabalho que constrange a capacidade de consumo interno, gera também um movimento de expansão e busca por lucro em mercados vizinhos, o que Marini (1969) classifica como subimperialismo. Este último é, então, identificado a partir da formação de um mercado interno débil e um movimento para fora, no qual um país projeta sua atuação para os outros países que compõem a região subalterna à lógica capitalista global. Em linhas gerais, o subimperialismo seria, portanto, um resultado da lógica expansionista e imperialista do capitalismo,

* Bacharel em Relações Internacionais pelo IEUFU e mestranda em Relações Internacionais pelo PPGRI-UFSC.

** Doutora em Economia pelo IPE-FEA/USP e Professora Adjunta do IEUFU.

¹ O termo em questão, desenvolvido por Marini (1973), diz respeito à projeção de uma economia mais desenvolvida sobre as demais presentes em uma região, conduzindo a uma reprodução dos mecanismos de transferência destas economias para o subcentro. É necessário ressaltar que o termo faz alusão ao fato de que as relações de centro e periferia se mantêm, sendo este fenômeno um resultado desses fundamentos, e seu desencadeamento serve para agravar os efeitos da lógica em questão, por reproduzir os mecanismos desiguais de troca.

além de refletir as consequências geradas pela industrialização tardia na América Latina, que configura uma necessidade de exportação de capitais e bens para os países vizinhos, determinada pelos constrangimentos presentes no mercado e estruturas internas.

Dado o exposto, o objetivo deste trabalho é analisar a projeção da economia brasileira sobre as demais economias latinas, mediante a hipótese de que o Brasil se constituiria como subimperialista na região. Para isso, dividimos o presente artigo em três seções além desta introdução e das considerações finais. A primeira tratará de realizar uma análise acerca das características da dependência latino-americana, de modo a compreender as especificidades econômicas da região. A segunda seção tratará das divergências em torno do movimento subimperialista na América Latina, que levam a questionar a própria validade da categoria em tela. Por fim, a terceira seção consistirá em uma reflexão acerca de dados e indicadores econômicos que poderiam indicar um possível avanço subimperialista brasileiro na América Latina, confirmando o subimperialismo, ainda que sob outra roupagem.

2. A dependência latino-americana e o subimperialismo

A dependência, nos termos da teoria marxista da dependência (TMD), é um conceito que se insere no campo das ciências sociais e se refere à caracterização das relações assimétricas entre países frente à dinâmica político-econômico-social que se observa em nível global. É importante salientar que a dependência surge a partir de um contexto histórico específico, que, no caso da interpretação de Marini (1973), diz respeito ao momento em que o modo capitalista de produção se solidifica com a Primeira Revolução Industrial, ordenando as relações sociais entre países nos quais este modelo é vigente. Desta maneira, a dependência se dá a partir da organização do papel dos países na lógica econômica global, isto é, do impulso inicial de alguns países em expandir seus domínios e, posteriormente, de exercer outras formas de dominação informais. Trata-se do impulso imperialista que atua no sentido de traçar relações de dominação e exploração sobre algumas regiões, o que se torna crucial para compreendermos a origem do desenvolvimento das áreas centrais e o “subdesenvolvimento” da periferia como dois movimentos antagônicos – por representarem pólos opostos – e complementares ao mesmo tempo, uma vez que o primeiro não pode se realizar sem o segundo. A esta relação de antagonismo Frank (1980) chamou de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, salientando que os fatores que caracterizam o desenvolvimento em algumas economias só podem ser realizados com o subdesenvolvimento de outras.

No caso latino-americano, este conceito surge para explicar determinadas particularidades da região frente à lógica de relações econômicas globais na qual estes países se inseriram de forma subordinada. Assim, são variados os estudos que tratam do desenvolvimento capitalista em regiões periféricas, tais como a América Latina. A dependência se configuraria, então, como a condução de relações entre nações formalmente independentes que são asseguradas pelas estruturas desiguais de produção e acumulação, que acabam dando forma a um capitalismo específico que segue uma dinâmica particular em relação àquela observada nos países centrais, mostrando que o mercado mundial se expressa de maneiras distintas em locais distintos (CARCANHOLO, 2013).

Marini (1973) parte da aplicação de algumas categorias da teoria marxista para servirem como instrumentos de análise das condições econômicas da região latino-americana, comparando relações de subordinação e de domínio. Dessa maneira, a integração desta região ao mercado mundial e à lógica global das relações econômicas se deu como uma condição fundamental para a expansão econômica e a acumulação de capital por parte dos países centrais, uma vez que se observa o estabelecimento de relações de produção desiguais. O subdesenvolvimento de algumas regiões, portanto, alimenta o avanço de outras. Aqui, Marini se refere particularmente ao processo de industrialização originária e ao posicionamento da América Latina enquanto economia primário-exportadora. A dependência que então se observa nas regiões periféricas gera consequências praticamente irreversíveis às estruturas políticas, econômicas e sociais internas destes países, nos marcos do capitalismo.

Posto isso, observa-se a solidificação de relações de exploração, além da conseqüente inserção dos países periféricos na divisão internacional do trabalho de forma subordinada, o que para alguns autores como Dos Santos (1970), já indicava, desde o período colonial, uma espécie de primeira fase histórica da dependência. Sobre essas diferentes fases da dependência, Osorio (2012) ressalta ainda que

[o]s processos que permitem a transferência de valores de uma região e uma economia para outras variam no tempo. Se na etapa colonial isso era possível por meios preferencialmente políticos (as colônias entregando tributos e impostos às metrópoles ou sofrendo despojos de riquezas e metais preciosos pela simples condição colonial), posteriormente tal processo tende a se apoiar de maneira predominante em mecanismos econômicos (deterioração dos termos de intercâmbio ou intercâmbio desigual, pagamento de royalties, transferências devido ao monopólio de conhecimentos, juros da dívida, etc). (OSORIO, 2012, p.77)

Logo, alguns autores consideram que o período colonial constituiu-se em uma fase que já indicava a lógica de inserção subalterna das economias periféricas. Apesar das interpretações diversas sobre a dependência latino-americana, nos ocuparemos em analisar o período em que a industrialização capitalista já se vê em curso, sendo esta a responsável por consolidar a dependência nos marcos atuais.

Assim, sob a lógica ricardiana das vantagens comparativas, entendeu-se momentaneamente que os países cuja matriz econômica se pautava na exportação agrícola estavam cumprindo com sua função natural. Contudo, a teoria não se propôs a compreender que a deterioração dos termos de troca, pautada na incapacidade de desenvolvimento do setor industrial nas periferias, reforçando uma baixa produtividade, serviu para a manutenção e solidificação da relação de dependência.

Com isso, a especialização latino-americana na exportação de matérias-primas e produtos agrícolas foi pouco a pouco se mostrando desvantajosa para estes países, uma vez que o baixo valor agregado destes produtos não permitia o acúmulo de capitais necessários ao desenvolvimento industrial interno destas economias. Percebeu-se, então, que seria necessário o desenvolvimento de um mercado interno nestes países, por meio da industrialização e consequente investimento em meios de produção, a fim de buscar a especialização em setores mais diversificados, o que poderia, a um primeiro olhar, reverter a lógica de atraso no desenvolvimento destes países, levando-os a adquirir ganhos de produtividade com o desenvolvimento industrial e tecnológico. Este argumento foi defendido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que, apesar de reconhecer as estruturas que limitam o desenvolvimento, entendia haver a possibilidade de reversão deste quadro.

Aqui podemos analisar a lógica da concorrência apontada por Marx, que vê neste movimento a origem das políticas de inovação produtiva, que culmina em uma corrida por inovação tecnológica, sendo que aqueles que possuem um maior volume de capital se mostram mais propensos à inovação e, conseqüentemente, aos ganhos de produtividade. Com isso, passam a possuir o domínio das patentes e da propriedade intelectual, fazendo com que o avanço tecnológico seja monopolizado pelos países centrais. Esta seria uma das características que alicerçam a divisão internacional do trabalho que, como dito anteriormente, se coloca de maneira a reproduzir de forma constante assimetrias entre as economias, e, à medida que a reprodução do capitalismo caminha, estas assimetrias tendem a se agravar (MARX, 1980).

Neste contexto, impossibilita-se o desenvolvimento econômico das áreas periféricas, o que serve para contradizer a própria teoria cepalina, que acredita haver, de fato, um desenvolvimento a ser alcançado pela América Latina dentro do modelo capitalista através de medidas econômicas apropriadas para que cada sociedade supere sua condição de subdesenvolvimento. Não é uma

intenção deste trabalho um aprofundamento no pensamento cepalino, nem tampouco uma retomada de teorias convencionais de desenvolvimento. Vale apenas dizer que consideramos, de acordo com as premissas da TMD, a impossibilidade de, nos marcos do capitalismo, se alcançar a “etapa” do desenvolvimento conquistada pelos países centrais, salientando que o “desenvolvimento”² que os países periféricos poderiam alcançar é limitado e possui especificidades à medida que os mecanismos de transferência de capital lhes impõem sérias restrições internas.

Feito o parêntese, durante a década de 1950 e 1960, período que podemos caracterizar como uma onda de industrialização nos países “atrasados”, percebe-se um esforço destes países na tentativa de superar o modelo agrário-exportador, que era visto como o responsável por sua estagnação e atraso frente aos países centrais. O esforço pró-industrialização se deu concomitante à necessidade de financiamento externo para investimento em bens de capital, a fim de impulsionar o desenvolvimento de um mercado interno diversificado, superando assim [idealmente] a condição de dependência externa. A controvérsia se nota já na premissa inicial, que vê no financiamento externo a saída para o fim da dependência. Contudo, os condutores das políticas públicas do período acreditaram que, no longo prazo, o desenvolvimento interno seria capaz de amortizar as dívidas contraídas para tal fim. Como considera Frank (1980, p.137), “este processo apenas intensifica a dependência e fracassa na resolução do problema central do desenvolvimento do mercado interno”, ou seja, a tentativa de industrialização da periferia se vê limitada pela lógica de reprodução capitalista, e, à medida que esta tentativa avança, observa-se o agravamento das contradições presentes na lógica que determina as relações mundiais. Sendo assim, para Frank, a análise sobre o processo de desenvolvimento interno deixou de considerar os principais fatores do capitalismo, que são a estrutura de classe e o imperialismo. Ele indica sinais de agravamento quando alega que a tentativa de industrialização fez com que se agravasse a desigualdade de renda na periferia.

É neste período que surge a Teoria da Dependência, que buscou explicar o porquê da irreversibilidade da condição de dependência, sendo que esta apresentava correntes diversas de pensamento, como a weberiana e a marxista, sendo Ruy Mauro Marini o principal expoente da última corrente. Segundo sua visão, a dependência se mostrava irreversível porque esta não se mostra apenas como fruto de uma relação externa de subordinação a outros países, mas surge igualmente da especificidade das relações internas de exploração (MARINI 1973).

Sendo assim, as contradições da lógica do capital geraram estruturas de dominação internas e muito sólidas para se desfazerem com a tentativa de industrialização, além de terem produzido

² Aqui é importante ressaltar que o termo “desenvolvimento”, significando uma etapa de progresso econômico pleno não é adotado por Marx e pelos teóricos da TMD, sendo que para estes o termo se configura apenas como desenrolar ou processo de algum fenômeno.

limitações ao desenvolvimento de um mercado interno dinâmico. A este contexto de limitações ao desenvolvimento – causadas pela inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, bem como pelos mecanismos imperialistas de exploração e transferência de valor, que caracterizam o desenvolvimento de um capitalismo específico na periferia – Marini dá o nome de capitalismo dependente ou capitalismo *sui generis*, que serviria para indicar que há, de fato, o desenvolvimento do modelo capitalista na periferia, porém com mecanismos específicos de reprodução do capital (MARINI, 1973). Marini (1973, p. 3) pontua:

[a] dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.

Com isso o autor busca dizer que a industrialização capitalista se deu a partir de mecanismos que agravaram ainda mais as contradições sociais existentes na periferia, como podemos observar a partir da categoria desenvolvida por Marini, a superexploração da força de trabalho, que se observa a partir do processo econômico específico e particular das economias dependentes.³ A compreensão desta categoria é fundamental para a análise do capitalismo dependente na América Latina, uma vez que ela está relacionada à forma como o capitalismo dependente respira e se desenvolve na lógica global excludente. Nestes termos, Marini salienta que a superexploração surge a partir da consolidação das relações desiguais a um nível tanto global quanto local, que impõem restrições à acumulação na periferia. Assim, a acumulação na periferia se restringe devido à existência de mecanismos estruturais de transferência de excedentes, tendo em vista a especialização produtiva da América Latina na atividade agrário-exportadora, o que configura uma clara assimetria, considerando que a consolidação dessa divisão internacional do trabalho leva a uma tendência de deterioração dos termos de troca, ocasionando uma vulnerabilidade da balança comercial desses países às movimentações econômicas globais. Assim, por meio dessa assimetria – seja pelos mecanismos de transferência nas atividades de comércio, seja por outras vias de transferência de

³ Há um debate em torno desta problemática que coloca uma discussão sobre a exclusividade desta categoria para as economias latino-americanas. Em seu “Dialética da dependência” (1973), Marini nos leva a entender que esta categoria é específica, embora não exclusiva das economias periféricas da América Latina, tendo em vista o desdobramento de mecanismos e relações capitalistas específicos nessa região. Isso leva alguns autores a considerarem que a superexploração em Marini se assemelha ao conceito de exploração de que fala Marx em *O Capital*. Contudo, consideramos importante a diferenciação destas categorias, uma vez que a primeira diz respeito à observação de mecanismos não apontados pelos níveis de abstração utilizados por Marx.

capitais, como a amortização de empréstimos estrangeiros e o pagamento de juros de dívida –, limitações à acumulação foram estabelecidas na América Latina, desencadeando a necessidade de compensar as perdas de excedentes movimentadas por estes mecanismos de transferência. Destarte, como a origem do lucro e acumulação do capital se dá por meio da exploração da força de trabalho, a resposta para a tentativa de atenuação dessa lógica encontraria sua origem na extração combinada das formas de mais-valia, sendo que sua forma determinada como absoluta seria a predominante, porém não a única.

É importante ressaltar que a superexploração da força de trabalho não encontra seu significado apenas na maior exploração – o que a tornaria uma categoria não exclusiva da periferia –, mas se encontra intimamente ligada ao movimento de transferência de excedentes, sendo desenvolvida como uma espécie de mecanismo de compensação às assimetrias observadas na busca pela acumulação de capital pelos centros capitalistas. Desta maneira, a superexploração da força de trabalho seria, para a TMD, a categoria fundamental e caracterizadora do capitalismo dependente, sendo este um dos desdobramentos da relação de dependência juntamente com outros mecanismos que resultam em impactos sociais internos de profunda ordem.

A dependência se caracterizaria, então, pela existência e consolidação dos mecanismos de transferência de valor, tanto por meio de transações comerciais desiguais – nas quais os capitais mais produtivos se apropriam dos de menor produtividade – quanto por meio de mecanismos que culminam em uma distribuição interna de renda e riqueza regressiva, isto é, impulsionam as desigualdades econômicas e sociais internas, o que caracteriza um agravante nas sociedades periféricas. A condução dos mecanismos de superexploração da força de trabalho ocasiona, então, uma série de desdobramentos para a dinâmica econômica interna, como a restrição ao consumo por parte do trabalhador que possui sua força de trabalho submetida à superexploração, porém, possibilitando que os fatores de restrição à acumulação sejam, por ora, superados.

Seria impulsivo pensar então que este mecanismo de compensação seria a chave para a reversão da dependência. Porém, assim como as premissas que sustentam o capitalismo, este é um mecanismo contraditório e que, apesar de contornar os problemas de acumulação no curto prazo, agrava as condições internas e desencadeia outros mecanismos de exploração, como veremos adiante. Autores como Luce (2008) e Carcanholo (2013) salientam esta tendência de agravamento das condições internas, colocando estas como o resultado de uma lógica contraditória que, quanto mais se alimenta, mais agrava a situação de dependência e assimetria.

A partir da definição desta categoria e da análise dos desdobramentos externos e internos deste mecanismo, Marini (1969) nos apresenta uma leitura fundamental à compreensão das estruturas que se desdobram na periferia, a partir de uma lógica central imperialista. Esta leitura,

cuja base se dá na superexploração da força de trabalho, culmina na formação de centros medianos de acumulação, uma vez que algumas economias periféricas – de acordo com seu estágio tecnológico-industrial e sua participação comercial e financeira no mercado mundial – apresentam os mecanismos de condução do capital industrial mais bem estabelecidos, movimento que se dá a partir da crescente entrada de capitais em alguns países. Contudo, devido a algumas particularidades não conseguem criar uma dinâmica interna de consumo que seja capaz de atender às demandas da produção. É importante salientar que a formação destes subcentros exige, além de um estágio no qual a industrialização se mostra mais consolidada, a presença de uma burguesia nacional, frente à situação de monopolização dos capitais por parte de algumas empresas, que serve à função de conduzir o movimento de capitais para as economias vizinhas, exercendo uma expansão tanto comercial quanto financeira sobre estas economias (MARINI, 1969).

Esta expansão muito se explica – pelo menos à época de Marini – pela falta de dinâmica do mercado interno, que se dá porque o trabalhador, ao ser submetido à superexploração, vê sua capacidade de consumo relativo às esferas mais altas comprometida com a remuneração que possui. Assim, para Marini, o consumo interno de bens intermediários se vê fortemente comprometido pela estrutura desigual de distribuição de renda e riqueza, o que representaria um impulso pela busca externa de mercados que possam absorver essa produção. Contudo, esse impulso se dá sem que a lógica imperialista seja contrariada, representando, na verdade, um movimento de reflexo ao impulso imperialista a um nível regional, um impulso característico dos centros medianos de acumulação, chamado por Marini de subimperialismo.

O subimperialismo é, portanto, um impulso que conduz à exportação de capitais e de bens manufaturados dos subcentros para outras economias mais débeis dentro da região, sem que, no entanto, a situação de dependência seja superada, o que delimita uma espécie de divisão regional do trabalho.⁴ Osorio (2012, p.76) salienta que “as economias subimperialistas situam-se em uma posição que lhes permite a subtração de valor de economias periféricas sendo despojadas dele pelas economias centrais. Todas são capitalistas, porém operam e se reproduzem de maneiras diferentes”. Com isso, entende-se que a condição subimperialista não implica uma melhoria no bem estar da população interna e da região, e sim um fortalecimento dos laços de dominação possíveis com os mecanismos contraditórios da reprodução capitalista.

A partir da identificação dos fatores que caracterizam o subimperialismo, Marini (1969) analisa as particularidades da economia brasileira, atentando-se para o processo de industrialização

⁴ Esta nova configuração se pauta a partir da apropriação dos capitais de menor produtividade pelos capitais mais produtivos, sendo estes últimos conduzidos por uma burguesia nacional de um centro mediano de acumulação, o que favorece esta classe associada à burguesia imperialista dos países centrais, uma vez que estes se beneficiam diretamente deste processo de transferência de capitais.

e a conseqüente formação de levantes revolucionários, estes últimos como uma tendência do aumento da exploração do trabalhador e da intensificação da penetração direta do capital imperialista no setor manufatureiro nacional. Ao realizar esta análise, Marini aponta para mecanismos e condições próprios da economia brasileira que parecem indicar que este país se configuraria como um subimperialista frente às demais economias da região. A partir desta hipótese levantada por Marini, surge o debate em torno da condição brasileira enquanto economia subimperialista, uma vez que, mediante a observação de condições internas necessárias à condução de práticas imperialistas, há a confirmação da hipótese por parte de autores como Luce (2008), Dos Santos (2000), Bueno e Seabra (2010) e a negação dela por autores como Fontes (2010) e Deo (2011), o que enriquece a temática do subimperialismo, mostrando como o debate se mostra importante no capitalismo contemporâneo.

Assim, para que sejam analisadas mais a fundo as condições e particularidades do capitalismo brasileiro e sua relação com as economias periféricas latino-americanas, a próxima seção será destinada à compreensão do debate em torno da possibilidade do subimperialismo brasileiro na América Latina, debate que se complementará com a apresentação de indicadores econômicos que serão responsáveis por caracterizar o contexto e as tendências econômicas da região, concluindo se é possível observar, de fato, a condução de uma lógica subimperialista na região.

3. Brasil: cooperação ou subimperialismo?

Para que se realize a análise das variáveis que determinam os rumos tomados pelo Brasil na região da América Latina, é necessário que se faça primeiro um apanhado acerca dos conceitos e mecanismos que caracterizam a reprodução do imperialismo no que se chama subcentro. Para isso, resgataremos as contribuições teóricas feitas por Ruy Mauro Marini, na década de 1960 e 1970, na tentativa de denunciar a reprodução da estrutura capitalista nesses subcentros, apresentando algumas especificidades, a começar pelo próprio conceito de subimperialismo.

Como apontado por Marini (1969) – e reforçado por Luce (2008) – o subimperialismo se observa à medida que as relações entre o capitalismo central e as economias dependentes resultam em uma transferência de capitais e ganhos de produtividade sentido centro, implicando que as burguesias dos ditos subcentros – como buscamos observar no caso brasileiro – busquem compensar o ganho excedente que é transferido para o centro, o que leva estas a recorrerem a uma superexploração da força de trabalho, além de conquistarem uma esfera de influência a nível regional. Assim, a superexploração da força de trabalho se coloca primeiramente como

característica fundamental para que se explique a formação específica de um mercado interno pouco dinâmico, no qual os consumidores possuem sua capacidade de consumo limitada pela baixa remuneração da força de trabalho. Esta característica pode ser observada no Brasil desde o período de industrialização até o período recente, no qual os novos mecanismos financeiros de expropriação do trabalhador⁵ – tais como os mecanismos de concessão de crédito –, apesar de permitirem que os trabalhadores consumam mais no curto prazo, comprometem a renda destes no longo prazo, tendo em vista a necessidade de remuneração dos juros referentes a estes mecanismos.

Marini (1969) identifica existir um impulso subimperialista proveniente não somente da insuficiência econômica interna, mas das estruturas que consolidaram a atividade agrário-exportadora e a influência interna de grupos voltados para este setor.

Neste sentido, seja devido a sua política de reforço da aliança com o latifúndio, seja devido a sua política de integração ao imperialismo, a burguesia brasileira não pode contar com um crescimento do mercado interno em grau suficiente para absorver a produção crescente que resultará da modernização tecnológica. Não lhe resta outra alternativa além de tentar se expandir para o exterior, tornando-se então necessário garantir uma reserva externa de mercado para sua produção. O baixo custo de produção que a atual política salarial e a modernização industrial tendem a criar assinala a mesma direção: a exportação de produtos manufaturados. (MARINI, 1969, p.129)

Nota-se que Marini considera que há de fato o desenvolvimento industrial no Brasil, mesmo possível com uma burguesia que possui interesses distintos. Contudo, é importante enfatizar que, devido a limitações internas, observa-se o movimento de exportação de produtos para os países da região. Assim, por mais que, ao longo do tempo, esta burguesia se volte para a exportação de capitais, ainda se observa o movimento de exportação produtiva, o que nos mostra que há mecanismos distintos de expropriação por parte desta burguesia, mas que se estabelecem como interesse nacional enquanto visam o acúmulo de capital (MARINI, 1969).

⁵ O surgimento de novos mecanismos de reprodução do capital após a década de 1970, impulsionados por uma explosão mundial do capital fictício, potencializaram o predomínio do capital monetário e reinventaram novas formas de expropriação e extração de mais-valor, como aponta Fontes (2006, p.305): “a concentração desses capitais permite aprofundar e generalizar as expropriações, disponibilizando os trabalhadores para o capital”. Amaral (2012, p.134), ao fazer uso da categoria *expropriação financeira dos rendimentos de trabalho*, aponta que: “[u]ma outra via que também leva à superexploração é a crescente participação das despesas com juros nos orçamentos das famílias trabalhadoras, [...] fruto da inserção das famílias e indivíduos em atividades financeiras como devedores ou detentores de ativos”. Isso nos mostra que o capitalismo contemporâneo, apesar de conservar sua lógica de condução, se modifica para que a necessidade de acúmulo do capital seja atendida, de maneira que o trabalhador se vê sujeito a novas formas de expropriação do trabalho, via concessão de crédito e financiamento por parte de instituições bancárias ou financeiras em geral para que o capital continue sua trajetória de ampliação por meio do capital portador de juros.

O subimperialista é, então, caracterizado por uma série de fatores, desde a superexploração da força de trabalho, a distribuição regressiva de renda e riqueza, até outros mecanismos financeiros de transferência de valor que caracterizam a reprodução da lógica imperialista em um nível regional com particularidades, possível graças à existência de uma burguesia nacional com interesses definidos e atrelados ao capital externo. Para analisar estes mecanismos, observamos a contribuição dada por Bueno e Seabra (2010), que buscam qualificar a forma que a economia assume após a etapa dos monopólios financeiros, identificando que o subimperialismo não diz respeito a uma evolução ou etapa superior do capitalismo dependente, mas sim a uma expressão proveniente da integração dos sistemas de produção dos países dependentes em uma etapa monopolista da economia dos centros imperialistas. Ao indicar a classificação deste princípio, Bueno e Seabra (2010) identificam algumas características da dinâmica subimperialista, dentre as quais está o exercício de uma política expansionista que visa não apenas a conquista de novos mercados, mas o aumento da influência frente a estes mercados. Além disso, outra característica dessa dinâmica é a vigência de alianças entre frações da burguesia que buscam ativamente a ampliação da influência política e do controle de mercados externos, com o intuito de buscar seus interesses de acúmulo de capital.

Sobre esta característica, é necessário realizar uma análise detalhada mais à frente, visto que há entre os autores que tratam do subimperialismo uma divergência quanto às funções e capacidades da burguesia brasileira. Desta maneira, Bueno e Seabra (2010) identificam também algumas composições presentes na sociedade subimperialista, como a intervenção estatal para fundamentação da política subimperialista e políticas públicas para abertura econômica e financeira e exportação de capitais, que servem para consolidar socialmente o subimperialismo. Os autores se colocam no debate acerca do subimperialismo acreditando que o Brasil de fato se enquadra como um subimperialista, mediante a observação destas características, as quais eles consideram fundamentais para a reprodução do subimperialismo. Assim, afirmam a continuidade dessa dinâmica no século XXI:

No plano econômico, a década de 1990 iniciou um processo de centralização de capitais que eclodiu na década de 2000, colocando a exportação de capitais na forma de investimentos diretos das multinacionais brasileiras, especialmente para os países da América do Sul. Ao contrário da interpretação de Marini, que via o motivo deste processo de internacionalização na insuficiência do mercado interno brasileiro, o atual processo baseia-se no aumento da composição orgânica de determinados blocos de capitais, permitindo-os concorrer no exterior e disputar a

redistribuição de mais-valia pela equalização da taxa média de lucro. Tal movimento de internacionalização parece ser uma característica da economia brasileira que perdurará pelos próximos anos [...]. (BUENO e SEABRA, 2010, p. 12)

Assim, Bueno e Seabra (2010) se distanciam brevemente da análise de Marini, ao enfatizarem os novos motivos para a expansão subimperialista, admitindo, portanto, a continuidade da expansão econômica, mesmo após a mutação da economia brasileira – inclusive a mutação dos componentes da burguesia nacional. Desta maneira, os autores identificam novas características do processo de projeção subimperialista, salientando que o capitalismo se encontra em momento particular de monopolização financeira e desregulamentação de capitais que não se observava com tanto vigor no contexto descrito por Marini na década de 1960. Desta forma, Bueno e Seabra (2010) validam o subimperialismo por considerarem que este é fruto de características e desdobramentos particulares da economia brasileira periférica, identificando também novos impulsos para o avanço subimperialista, que surgem com a inserção brasileira no processo de internacionalização do capital ocorrida pós 1970.

É necessário acrescentar que a existência de uma burguesia nacional brasileira é uma condição que caracteriza o atual debate sobre o subimperialismo brasileiro, existindo divergências sobre a real função desta classe e os desdobramentos de suas políticas econômicas. Dito isto, consideramos fundamental inserir o debate composto por Fontes (2010), que aponta para a formação particular de uma burguesia nacional brasileira que possui expressões agrárias e urbanas, além da inexistência de condições históricas para o desenvolvimento de uma burguesia organizada e com interesses articulados. Dessa forma, a autora acredita não existir no Brasil uma burguesia nacional com interesses bem formados para que esta possa se articular com as demais burguesias do sistema internacional. A observação desta característica recai diretamente sobre a reflexão acerca do subimperialismo, o que nos ajuda a compreender os motivos pelos quais Fontes (2010) não o considera como um termo válido no caso brasileiro.

Assim, a autora busca apontar alguns erros na tese “marinista” do subimperialismo brasileiro, a começar pela noção de *superexploração* da força de trabalho, que, segundo ela, é composta por diversos tipos de exploração, indicando existirem diversas interpretações frente ao termo. Assim, ela prefere adotar o termo *dupla exploração*, sem desconsiderar a importância do termo para a compreensão da economia brasileira. Há de fato divergências acerca da categoria superexploração, contudo, ao reduzi-la como apenas uma dupla exploração, Fontes (2010) parece mascarar o processo de formação econômica periférico que culmina na condução de um mecanismo

de compensação dos excedentes que seguem sentido centro – considerado que a compreensão desta estrutura se mostra crucial para a análise do subimperialismo.

Fontes (2010) aponta também para uma falha na tese de Marini ao indicar que houve de fato o desenvolvimento de um sistema de consumo interno a partir da difusão do crédito ao consumidor na década de 1960. Com isso ela busca mostrar que a industrialização se voltava prioritariamente para o consumo interno, expandindo-se internamente

[a] partir da própria década de 1970, com o fomento à consolidação de um sistema financeiro realizado sob a ditadura brasileira, e que resultou em intensa difusão de crédito ao consumidor, alterando a estrutura das necessidades e do consumo populares. Marini e muitos outros autores desconsideram, porém, que um processo de industrialização de características substitutivas de importação voltava-se prioritariamente para o próprio mercado interno e que sua própria expansão alterava as condições deste mercado. (FONTES, 2010, p. 355)

A partir deste argumento, Fontes (2010) desconstrói a afirmação de Marini de que o subimperialismo se desdobra a partir da deficiência de um mercado de consumo interno, mostrando ter havido, de fato, inclusive durante o período inicial da industrialização brasileira, o desenvolvimento de um mercado interno. Assim, apontando as falhas nos conceitos base para a reprodução do subimperialismo, a autora nega a qualificação brasileira como um país subimperialista, negando, sobretudo, a existência de uma burguesia nacional com interesses homogêneos, a qual seria fundamental para que se reproduzisse a lógica de concentração e de expansão do capital.

Negando a reprodução deste conceito, ela aponta para uma nova fase do imperialismo, sendo que o Brasil integra o grupo dos capital-imperialistas em uma posição subalterna, por considerar que este grupo é desigual e heterogêneo. Ainda sobre esta negação, ela indica que a existência do subimperialismo implicaria nas mais diversas formas de extração de sobretrabalho e expropriação, o que não pode ser comportado pela estrutura social e econômica do Brasil. Para concluir, Fontes (2010) indica que a exportação de capitais brasileiros e o estabelecimento de novos mercados externos diz respeito a um período muito específico da industrialização brasileira, correspondente aos anos 1960 e 1970.

Sobre o argumento de que o subimperialismo de Marini seria válido em um período específico da industrialização brasileira, Deo (2011) também faz algumas considerações, se aproximando do argumento de Fontes (2010) ao salientar que o contexto atual de forte atuação do

Estado na condução do capital financeiro imperialista seria um impulso mais característico da prática do *imperialismo subordinado* ou do *capital-imperialismo* apontado por Fontes. Para Deo (2011), o *capital-imperialismo* observado no capitalismo contemporâneo seria o resultado de uma tendência de concentração e monopolização do capital, sendo o Estado fundamental para a condução das exportações de capitais. Apesar de reconhecer que Marini considera a necessidade de atuação do Estado para investimento em setores-chave e para impulsionar as exportações de capitais, Deo (2011) indica que o autor não considera esta tendência de concentração de capitais e monopolização financeira, o impulso principal para a condução do *capital-imperialismo*.

Deo (2011) também caracteriza a burguesia brasileira, mostrando que esta se encontra vinculada ao setor de exportação, sobretudo agrária, sendo esta burguesia composta por frações heterogêneas que refletem traços de conservadorismo, observando-se a modernização apenas das relações econômico-produtivas no mercado brasileiro. Sendo assim, esta burguesia seria limitada a conduzir práticas progressistas, sendo submetida aos movimentos do capital externo, o que nos leva a concluir que o autor considera o capital-imperialismo como a condução de uma tendência já esperada, que não se baseia em particularidades da economia brasileira.

Consideramos ser necessário contrapor o argumento levantado por Fontes (2010), alegando que, apesar de existir de forma particular, há de fato no Brasil uma burguesia formada, mesmo que heterogênea e submissa à dinâmica do capital internacional. Além disso, esta se encontra atrelada aos demais grupos econômicos do centro, o que a leva a reproduzir os mecanismos de exploração na região a partir de especificidades de sua economia que é periférica. Este laço é proveniente do período da industrialização crescente no Brasil e se observa com maior força atualmente, visto que houve, na verdade, um crescimento da participação de empresas brasileiras em território estrangeiro – algo que esperamos conseguir demonstrar na próxima seção. Desta forma, o subimperialismo seria uma espécie de reprodução subordinada da lógica imperialista central a partir de particularidades do capitalismo periférico, que conserva em sua reprodução a formação de monopólios de capital, característica fundamental da lógica capitalista que se faz presente no conceito criado por Marini.

Assim, o subimperialismo se dá porque o capital se encontra em um momento de acentuada reprodução de monopólios, se dando mesmo que de maneira subordinada à lógica central, sendo o papel da burguesia fundamental para a condução deste mecanismo. Também podemos contrapor o argumento de Fontes (2010) a partir da consideração feita por Luce (2011, p. 187) ao salientar que

[o] subimperialismo não é um imperialismo de menor grandeza ou de segunda categoria. É um fenômeno que compartilha leis do desenvolvimento comuns à

teoria do imperialismo, mas que possui elementos próprios, que correspondem ao funcionamento do capitalismo dependente e conformam uma dimensão estudada pela TMD.

Desta maneira, Luce nos leva a considerar que a categoria subimperialismo possui uma lógica própria, possível com as particularidades observadas na condução do capitalismo dependente e que não pode ser negada a partir das transformações observadas na condução dos mecanismos de acumulação do capital. Sendo assim, nega a invalidação da categoria frente às transformações do capitalismo contemporâneo, como propõe Fontes (2010), considerando que as características que definem a categoria se mantêm e ainda se observam atualmente:

Assim, como fenômeno histórico, o subimperialismo apresentaria um desenvolvimento ao tempo, interregnos, momentos predominantes diferenciados, em que cada uma das variáveis se apresenta de forma transformada. Porém, sua capacidade de metamorfosear-se não o desproveria de suas características definidoras, são elas mesmas que, seguindo seu curso em relação umas com as outras, transformam-se no tempo. Um fenômeno vivo, repleto de contradições, as quais em seu conjunto ajudam a explicar a dinâmica do capitalismo dependente. (LUCE, 2011, p. 192)

Sendo assim, as mudanças sofridas pelo capitalismo que Fontes aponta como capazes de descaracterizar a categoria do subimperialismo, na verdade só acrescentam novos elementos à categoria, apresentando novos mecanismos para a condução da lógica de reprodução do capital e conservando as particularidades econômicas e sociais que culminaram com seu surgimento. Desta maneira, entendemos que a contraposição de Fontes ao termo *subimperialismo* a partir da identificação de um novo momento histórico do capitalismo na verdade faz reforçar a existência e condução da categoria apontada por Marini, mas gerando novos mecanismos de consolidação deste fenômeno, uma vez que Marini nunca a definiu como uma categoria engessada e que obedecesse a uma fórmula geral.

O então impulso ao subimperialismo se transformou ao longo do tempo, contudo, conservando as particularidades apontadas por Marini, como o forte papel do Estado na condução dos mecanismos de exportação de capitais e o contexto de monopolização capitalista que já se observava na década de 1960, além das particularidades do padrão da economia brasileira, que se enquadraria como semiperiférica por autores como Wallerstein (1984, p.7), ao considerar seu relativo desempenho econômico frente às demais economias latinas, mantendo-se, entretanto, sua

subordinação persistente às economias centrais. Compreendemos, desta maneira, que a contribuição de Fontes para o debate da categoria apenas demonstra que o subimperialismo apresenta formas diversas de condução, sem alterar sua essência particular à medida que o capitalismo caminha para uma fase de predominância do capital financeiro.⁶

Nestes termos, ressaltamos que a problemática trazida por Fontes (2010), assim como por Bueno e Seabra (2010) e Deo (2011), nos faz refletir que a atual fase do capitalismo faz com que a explicação do impulso subimperialista a partir de uma falta de dinâmica do mercado interno seja insuficiente – ainda que este elemento esteja tão presente quanto foi no passado. Ou seja, as limitações indicadas por Marini (1977) durante o período da industrialização não constituem mais a característica central para o avanço subimperialista, uma vez que, assim como no próprio imperialismo, a realidade concreta se transforma, modificando os traços e características da categoria à medida que o capitalismo encontra novos meios de se reproduzir. Ou seja, a categoria continua se reproduzindo, porém com novas formas essenciais de se manifestar. Posto isto, o problema que consideramos estar presente na análise de Fontes (2010) repousa no fato de que estas mudanças sofridas pela categoria não são capazes de invalidá-la. Na verdade, a incorporação destes novos elementos apenas reforça a reprodução da categoria no tempo. Posto isto, identificamos, na reprodução do subimperialismo, a exportação de capitais como um dos mecanismos centrais que definem esta categoria no capitalismo contemporâneo.

Além disso, é importante nos atentarmos para as formas políticas de desdobramento desta categoria, âmbito no qual o Brasil passa a buscar um papel de liderança na região da América Latina. É o caso da atuação brasileira na UNASUL (União das Nações Sul-Americanas), que, como ressalta Luce (2013, p. 9),

[c]oloca em prática em nome da integração regional o papel que o imperialismo nos reserva na divisão internacional do trabalho, com a particularidade de buscar uma esfera de influência própria e uma autonomia relativa para a burguesia dependente, nos termos da cooperação antagônica com os centros imperialistas e às custas dos povos irmãos.

Sendo assim, o Brasil passa a buscar na região uma atuação política que favoreça o consenso dos demais países acerca de sua liderança, o que consideramos ser fundamental para que os mecanismos subimperialistas se desenrolem sem grandes empecilhos. Outro autor que aponta para o

⁶ A noção de capital financeiro aqui (e em outras partes do texto) não diz respeito necessariamente à defendida por Hillferding (1985) que define este como uma junção do capital industrial e bancário.

caráter multidimensional das iniciativas de integração é Mondelli (2010), que identifica o benefício de interesses de alguns países com a integração, sendo que estas iniciativas servem para legitimar as políticas conduzidas por alguns países na região. Apesar das questões políticas serem cruciais para o entendimento das múltiplas facetas do subimperialismo, não objetivamos nos aprofundar nestes aspectos, e sim nas manifestações econômicas desta categoria.

Desta maneira, com o intuito de comprovar a reprodução dos mecanismos que caracterizam a condução do subimperialismo, bem como o papel da burguesia nacional na crescente expansão do capital brasileiro na América Latina, será necessário analisar dados e indicadores econômicos que apontam para o crescimento da participação brasileira nos mercados vizinhos, bem como para a observação de características econômicas próprias do capitalismo dependente, o que pode demonstrar que o subimperialismo atua de forma ativa na contemporaneidade. Para tanto, a próxima seção será destinada a realizar esta análise acerca das tendências econômicas do Brasil na América Latina.

4. Os indicadores do subimperialismo contemporâneo

Durante as décadas de 1950 e 1960 a economia brasileira dava início ao que foi apontado como um projeto nacional de industrialização, iniciando a condução de um longo processo de incremento do mercado interno por meio da industrialização, sobretudo em setores estratégicos, como o da siderurgia, o de bens intermediários e o automobilístico. Ao longo dos anos – e das oscilações econômicas perante o contexto externo – o país conseguiu consolidar uma economia que figura entre as principais economias mundiais, por mais que os desdobramentos econômicos e sociais internos apontem para um país refém do capital estrangeiro e das oscilações do mercado no âmbito externo. Esse desempenho foi suficiente para que alguns já pudessem visualizar o Brasil não só como um lucrativo mercado de investimento, mas como uma liderança na região da América Latina, tanto econômica quanto politicamente. Desde meados do século XX a integração regional começou a tomar forma na agenda brasileira, como uma maneira de projetar sua influência econômica e política mundialmente, e assim o país passou a adotar uma agenda política de destaque para as associações regionais na América Latina – sobretudo na América do Sul – como uma forma de dar continuidade a esta liderança que já se desenhava.

A crescente pressão por abertura econômica na década de 1990 em muito possibilitou práticas de investimento brasileiro na América Latina, sendo que, durante o período, os esforços para integração regional se tornaram praticamente obrigatórios na agenda política brasileira. A criação de áreas de facilitação de comércio e extinção de tarifas contribuiu para a fácil expansão dos

fluxos de capitais brasileiros na região da América Latina, o que foi aos poucos constituindo uma identidade do Brasil como um líder econômico regional, tendo em vista seu melhor desempenho frente às demais economias da região.

Feita esta contextualização, para avançarmos na análise aqui proposta, se mostra necessário identificar os fluxos e principais setores de destino do investimento externo brasileiro, o que nos permitirá traçar um perfil do investimento brasileiro, bem como identificar neste movimento uma resposta à falta de dinamismo e limites do mercado interno.

Tabela 1 – Capitais Brasileiros no Exterior – Ramo de atividade receptora (milhões de dólares) – 2001 a 2008

Setores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados	108	36	58	245	65	74	88	89
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	119	129	209	211	512	469	2.077	2.758
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	52	548	143	186	236	784	188	402
Fabricação de Produtos de Metal	118	145	152	468	478	668	197	132
Comércio Por Atacado	1.724	1.806	1.868	2.235	2.871	2.734	2.695	1.816
Intermediação Financeira	13.171	15.083	13.856	15.137	17.234	20.517	35.158	34.553
Atividades Auxiliares da Intermediação Financeira	7.536	8.469	8.477	12.887	14.898	16.498	22.627	22.545
Total *	42.584	43.397	44.769	54.027	65.418	97.715	111.339	113.755

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

*O total serve apenas para referencial, uma vez que nem todos os componentes do total estão expostos na tabela

Como podemos observar com facilidade na Tabela 1, a predominância do setor financeiro é notável, resultado da crescente necessidade de internacionalização do capital para que a acumulação não fosse comprometida pelos limites do desenvolvimento econômico interno, sendo este fenômeno conduzido com mais força após a década de 1990, período em que novas investidas neoliberais tomaram cena na América Latina. Além disso, este movimento é, na verdade, uma resposta continuada à entrada maciça de capitais estrangeiros no Brasil no mesmo período, o que, como salientam Marques e Natakani (2012), constitui uma forma de transferência de riqueza acumulada, não excluindo a presença de mais-valor na composição deste movimento de transferência. Ou seja,

a economia brasileira encontra nos mecanismos financeiros uma forma de transferir valor de outras economias para si, o que engloba também a transferência de mais-valor.

Portanto, a participação da economia brasileira no exterior não se restringe apenas a aplicações financeiras, uma vez que os ramos da construção civil, o de bens intermediários e o de bens manufaturados se enquadram como importantes caracterizadores da atividade econômica brasileira na região. Isto é, a expansão destes setores nos leva a entender este movimento como uma saída para os limites impostos pelo contexto de monopolização produtiva, tal como definira Marini (1973). Sendo assim, a clara expressividade do índice referente a estas esferas demonstra que, apesar de o capital se encontrar em uma fase de internacionalização financeira, o movimento de expansão destes setores se mantém como uma resposta ao contexto econômico e social do Brasil, o qual se reproduz com uma forte desigualdade de renda e riqueza, o que impacta fortemente na dinâmica interna destes ramos apontados, sendo a busca pelo mercado externo o movimento mais viável para contorno momentâneo desta barreira.

Podemos também afirmar que a importância destas esferas serve para compreendermos o movimento da economia brasileira na região da América Latina, uma vez que as economias com menor desempenho que o brasileiro, bem como com uma barata e abundante mão-de-obra, reflexo de uma população com poucas conquistas trabalhistas, seriam o destino ideal para a realização das mercadorias que não se realizam internamente, por condições já apontadas. Para prosseguir com esta análise, é mister que observemos a tabela a seguir, que indica os principais destinos do Investimento Brasileiro Direto:

Tabela 2 – Investimento Brasileiro Direto (1970-2008) – Em milhões de dólares

Regiões e Países	1970-79	1980-89	1990-99	2000-08
Mundo	282.758,40	930.182,20	4.186.207,00	10.061.479,00
América Latina	1.433,78	11.118,53	98.779,41	362.072,40
% sobre o mundo	0.5	1.2	2.3	3.6
% sobre a América Latina	60.3	20.2	9.4	19.6

Fonte: UNCTAD DATABASE. Elaboração própria.

Podemos nos dar conta de que, sobretudo durante a década de 1980, período em que houve uma explosão das multinacionais brasileiras como uma resposta ao fenômeno da liberalização, o IBD apresenta um grande crescimento em relação ao período anterior. Contudo, observa-se uma redução da participação brasileira no total dos investimentos diretos feitos na América Latina,

seguida de uma recuperação. É importante dizer que, por mais que haja motivos conjunturais para esta queda, a participação brasileira na América Latina é muito significativa e impactante para as economias receptoras dos capitais brasileiros. Além disso, a participação brasileira na América Latina (em termos percentuais) supera expressivamente sua participação mundial no que se refere ao investimento direto realizado, o que nos mostra que a participação brasileira nos investimentos totais mundiais é ordinária, enquanto esta é substancial na América Latina, o que significa que a presença brasileira na região é forte e significativa. Estamos considerando aqui o impacto relativo das exportações de capital brasileiras para a América Latina, de modo que o Brasil se destaca na condução de investimento direto externo (IDE), apresentando, no ano de 2008, um volume de IDE de US\$ 20.457 milhões, contra US\$1.391 milhão por parte da Argentina e US\$9.151 milhões por parte do Chile. Este dado nos mostra que o impacto da participação brasileira na América Latina é muito forte se comparado às outras duas principais economias do Cone Sul aqui mencionadas. Sendo assim, o Brasil se destaca como uma economia que conduz com mais veemência os mecanismos de exportação de capitais, o que motiva nossa classificação desta economia como subimperialista na região (UNCTAD DATABASE).

A partir das análises de Marques e Natakani (2012) e de Sposito e Santos (2012) observamos também a exportação de capitais brasileiros com muito peso para as economias centrais. Contudo, como coloca Paineira (2011), parte desse movimento se dá a partir de uma “exploração financeira dos países periféricos pelos centrais”, que faz com que os países periféricos se insiram no movimento de financeirização internacional no intuito de obterem reservas em moeda estrangeira para estabilização das contas nacionais, das taxas de câmbio, bem como para amenização de sua vulnerabilidade externa conjuntural, com respectiva minimização de sua suscetibilidade a choques externos no curto prazo.

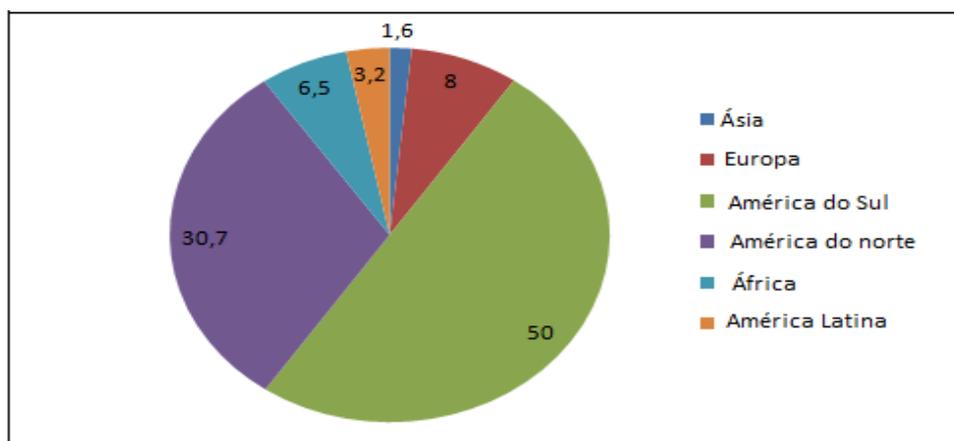
Segundo Paineira (2011), esse movimento de exploração financeira ocorre porque a estratégia de acumulação de reservas internacionais (seja por um arranjo econômico favorável ao fluxo de capitais de curto prazo, seja a partir de um estímulo às exportações) gera um fluxo líquido de capitais negativo para a economia brasileira. Isto se explica porque os capitais que entram na conta das reservas saem imediatamente na forma de aplicação “nos ativos mais seguros dos mercados financeiros globais e estes são emitidos pelos países desenvolvidos” (PAINCEIRA, 2011, p. 60, tradução nossa), especialmente os Estados Unidos que, como emissores da principal moeda de reserva e circulação internacional, “têm em suas mãos a capacidade de oferecer o meio mais coberto de acesso ao dólar através da venda de títulos do tesouro norte-americano” (AMARAL, 2012, p. 119).

Deste modo, a exportação de capitais brasileiros para economias centrais – como Estados Unidos e países europeus –, que, teoricamente, geraria um fluxo positivo de capitais rumo à economia brasileira na forma de repatriação de lucros, pagamento de juros, dentre outros, acaba enfrentando um efeito líquido que é desfavorável à economia brasileira. Ou seja, sugerimos aqui como hipótese a ser verificada a ideia de que a transferência de excedentes da economia brasileira para as centrais é bastante maior do que o fluxo de capitais extraídos pelas operações de exportação de capitais, considerando que as reservas obtidas são usadas para a compra de ativos financeiros no mercado global. Mais do que isso, se considerarmos verdadeira a percepção de Osorio (2012) em torno da predominância de um padrão primário exportador na América Latina, poderíamos inferir que o próprio intercâmbio desigual (por meio da deterioração dos termos de troca) e as necessidades de pagamento de royalties e licenças de uso de tecnologias patenteadas por economias centrais, são movimentos que reforçam a tendência apresentada acerca de um fluxo de saída de excedentes maior do que o fluxo de entrada. Sinteticamente, poderíamos dizer que as vantagens potenciais que o movimento de exportação de capitais produziria são mais do que compensadas pelas desvantagens de um tipo de inserção externa como o da economia brasileira.

Devemos acrescentar que este movimento de internacionalização da economia brasileira é em parte possível graças às políticas e instituições estatais, que, como demonstram Sposito e Santos (2012), serviram para consolidar o monopólio de grupos econômicos, resultando em diferentes formas de expansão no mercado mundial, seja com a produção, com os fluxos de investimento ou reinvestimento, sendo estas formas de expansão um resultado das contradições do processo produtivo.

Dito isto, a presença das grandes empresas brasileiras se dá em vários setores de atividade, sobretudo após a década de 1980, período em que os governos adotaram políticas de desvalorização cambial como forma de atração de divisas e de inserção dos produtos nacionais no mercado externo. Desta maneira, estas empresas se expandem e se consolidam ao longo do tempo, sendo a América do Sul o principal destino de suas atividades, como podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Distribuição da presença das 63 maiores multinacionais brasileiras (2012)



Fonte: Fundação Dom Cabral. Elaboração própria

É notável a presença das empresas brasileiras na América do Sul e Latina – 53,2 delas se encontram na região latino-americana –, sendo que, de acordo com o relatório das multinacionais realizado em 2013 pela Fundação Dom Cabral, 44,4% de todas elas consideram que as políticas conduzidas pelo governo brasileiro têm favorecido este movimento. Além do mais, estas empresas avaliam que a negociação pela diminuição de barreiras alfandegárias juntamente com a busca por cooperações bilaterais e de integração sul-americana por parte do governo brasileiro foram as ações que mais favoreceram a internacionalização das empresas. Ainda de acordo com o estudo, a primeira colocada do *ranking* de multinacionais brasileiras é a JBS Friboi, que carrega um índice de internacionalização de 58,9%, seguida da Gerdau (54,2%) e, em terceiro lugar, da Stefanini (49,6%). Por outro lado, a Vale é a empresa que está em mais países, 31 no total. Contudo, a JBS tem o maior índice de funcionários em solo estrangeiro. Sobre isso podemos rapidamente perceber que é extremamente lucrativo para estas empresas que se instalem em regiões com fraca regulamentação trabalhista e um grande contingente de trabalhadores – como é o caso da América Latina –, o que contribui para o aumento da taxa de lucro das empresas que buscam a internacionalização.

Desta maneira, o panorama que se traça é o de forte incentivo do Estado brasileiro para a internacionalização das empresas brasileiras, como é o caso dos programas e fundos de apoio financeiro concedidos pelo BNDES a empresas como a Braskem Idesa, que realizou construções no México, além de empresas automobilísticas como a Volkswagen Brasil, que também volta sua produção para a região latino-americana. Assim, seja sob a forma de investimentos produtivos ou financeiros – esta última parece ser a forma que mais cresce no capitalismo atual –, podemos

deduzir que há, por parte da economia brasileira, a condução de um fenômeno que redundará na transferência de excedentes das demais economias da região para a economia brasileira. Este movimento seria resultado de uma lógica própria do modo de produção capitalista, que apresenta particularidades nas economias periféricas, mas que se dá sem alterar sua essência central de necessidade de expansão e apropriação do capital, a qual, à medida que é conduzida, aprofunda as contradições das relações econômicas em nível individual, de classe e de maneira interestatal.

5. Considerações finais

Os esforços realizados no presente trabalho caminham para uma tentativa de recuperação crítica e histórica da categoria subimperialismo, no intuito de perceber a validade da mesma, mesmo que sob diferentes características quando pensamos na definição oferecida por Marini nas décadas de 1960 e 1970.

Assim, mediante a colocação do debate que põe em confronto a validade do conceito de subimperialismo para o capitalismo atual, pudemos notar que a partir de transformações sistêmicas no capitalismo, a categoria passa por uma transformação histórica. Isto é, a categoria definida por Marini, como um mecanismo característico da fase monopolista do capital cujo principal impulso se dá pelas insuficiências do mercado interno das economias periféricas não se percebe mais apenas nestes termos. Contudo, isso não serve para a exclusão da categoria, e sim para uma transformação da mesma.

Notamos que a compreensão desta categoria necessita caminhar em conjunto com a análise das especificidades das economias latinas frente às novas formas de ampliação do capital, utilizando níveis de abstração que nos permitam perceber as mudanças sofridas pelo sistema sem deixar de considerar a lógica que permaneceu intacta ao longo dos anos. Sendo assim, é necessário enxergar na categoria subimperialismo a reprodução da lógica capitalista frente a um contexto de monopolização e predominância financeira, ainda que esta seja conduzida também por mecanismos outros que não os predominantes na década de 1970. Isto é, a discussão em torno da categoria apenas nos faz perceber o quanto esta é veraz, e como se desenrolam os impactos dos fenômenos capitalistas nas economias periféricas.

Podemos caracterizar o subimperialismo brasileiro a partir da condução de mecanismos – particulares do capitalismo dependente – que reproduzem os fundamentos capitalistas. Como vimos, estes mecanismos variam ao longo do tempo e atualmente se constituem principalmente por investimentos de capital, que, para a região, representam grande parte do valor produzido na América Latina. Dessa maneira, sendo o subimperialismo uma categoria histórica, é natural que esta

incorpore as mudanças que ocorrem no modo de produção capitalista e, por conseguinte, nas relações imperialistas e de dependência.

Desta forma, a partir do levantamento de dados econômicos feitos na terceira seção, que apontam para uma nova caracterização do subimperialismo, percebemos que o Brasil se enquadra como uma economia subimperialista, sobretudo por meio da exportação de capitais para a América Latina, e que, apesar desta economia não direcionar estes mecanismos apenas para a região, neste o impacto de suas operações é muito maior e significativo.

Toda a reprodução destes fenômenos agrava a condição de dependência na periferia, uma vez que a estrutura econômica global, à medida que encontra continuidade em seus fenômenos, tende a apresentar desdobramentos cada vez mais violentos nas sociedades, sobretudo naquelas que não se encontram no “centro” do sistema.

Desta maneira, a confirmação da reprodução deste fenômeno por parte da economia brasileira se mostra como uma condução das contradições capitalistas, na qual podemos perceber – a partir de mudanças na agenda brasileira e, sobretudo, mediante a observação dos indicadores econômicos – que a condução do subimperialismo na América Latina se transforma ao longo do tempo, como uma resposta às mudanças sofridas pelo capitalismo para que este pudesse continuar se expandindo. Tudo isso nos leva a reforçar a veracidade da categoria subimperialismo no caso brasileiro, haja vista que o fenômeno se conduz de formas diversas, sem perder o seu impulso proveniente das especificidades da economia brasileira e das latino-americanas, o que implica questionar as saídas oferecidas pelos projetos políticos que são aliados ao capital, tornando a necessidade de superação do sistema do capital e contestação do modelo mais claros e necessários, infelizmente sem torná-los metas fáceis de serem concretizadas.

6. Referências bibliográficas

- AMARAL, M. Teorias do Imperialismo e da Dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. Tese (Doutorado em Economia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- ARAUJO, E. Tendências da exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo (1990-2007). *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v.36, 178 p. Outubro, 2013.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br> > Acesso em: junho de 2014.
- BUENO, F. M.. SEABRA, R. L. *A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea*. In: *Caderno de debates, vol. IV. Rumo à IV assembléia nacional “Carlos Marighella”*. Distrito Federal: Consulta popular, 2010.
- DEO, A. *A consolidação da social democracia no Brasil: forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial*. 2011. 303 f. Tese (Doutorado em

- Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2011.
- DOS SANTOS, T. *The Structure of Dependence*. In: *American Economic Review*, maio, pp. 231-236. New York, 1970.
- FRANK, A.G. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. 2ed. UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.
- FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Disponível em: < <http://www.fdc.org.br/>> Acesso em 12 de junho de 2014.
- HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- IBGE. Censo 2010. Disponível em: < <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/trabalho-e-rendimento>> Acesso em 19 de agosto de 2014.
- IBGE, Sistema de Contas Nacionais – Brasil, referência 2000. Nota metodológica n.1 – Apresentação da nova série do sistema de Contas Nacionais, referência 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.
- LUCE, M. S. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria*. 2011. 213 f. Tese (doutorado em história) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- _____. *O Subimperialismo revisitado: a expansão do capitalismo brasileiro e a política de integração do Governo Lula da Silva na América Latina*. In: Anais do IV Colóquio Internacional Anual da Sociedade Latino-Americana de Economia Política e Pensamento Crítico, Buenos Aires: SEPLA, 2008.
- MARINI, R. M. *Dialética da Dependência*. México D.F: Ediciones Era, 1973.
- _____. *Subdesenvolvimento e revolução*. México D.F: Siglo XXI, 1969.
- MARQUES, R.M.; NAKATANI,P. Capital fictício e capitais estrangeiros no Brasil. Seminário da Red de Estudios de la Economía Mundial (Redem). São Paulo, 2012.
- MONDELLI, M. Críticas y desafíos para la integración regional sudamericana en el siglo XXI. ¿Cómo explicar la continuidad del regionalismo abierto en la integración económica?. In: ANDRADE, P; PUYANA, A. (orgs). *La Pobreza em America Latina: Uma dimension olvidada de la integración econômica regional?*. Buenos Aires: Clacso, 2010.
- OSORIO, J. *Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica*. In: FERREIRA, C.; LUCE, M.; OSORIO, J. (orgs). *Padrão de Reprodução do Capital*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PAINCEIRA, Juan Pablo (2011). *Central Banking in Middle Income Countries in the Course of Financialisation: a study with special reference to Brazil and Korea* (Tese de Doutorado). Londres: SOAS, University of London.
- SPOSITO, E.; SANTOS, L. *O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras*. São Paulo: Outras expressões, 2012.
- UNCTAD DATABASE. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>> Acesso em: 05 de junho de 2014.
- WALERSTEIN, I. *The Politics of the World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 7.